



# A extensão e o significado das novas competências delegadas da Comissão Europeia

## Pontos da Apresentação

- A. Introdução: A tipologia dos atos jurídicos do direito secundário da União Europeia e a inserção dos atos delegados
- B. Extensão
  - I. Natureza
  - II. Condições da delegação
    - 1. Reserva de essencialidade
    - 2. Requisitos de precisão
  - III. Controle dos atos delegados
    - 1. Revogação
    - 2. Protesto
  - IV. Relação entre os atos delegados e implementativos
- C. Significado
  - I. Significado prático: aplicação do Art. 290 TFUE
  - II. Significados teóricos
    - 1. A legitimação democrática da Comissão Europeia
    - 2. A hierarquização do direito derivado depois do Tratado de Lisboa
- D. Considerações Finais



## Conclusões da Pesquisa

1. A transmissão das competências ocorre de forma pouco precisa, contradizendo as exigências do Art. 290 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Caso as competências legislativas sejam transferidas de forma indiscriminada acarretaria um fortalecimento da Comissão frente aos demais órgãos, o que poderia causar prejuízos ao princípio do equilíbrio institucional.
2. A Legitimação democrática para elaboração de atos delegados deve ser analisada em separado da legitimação orgânica, subjetiva da Comissão Europeia. Dessa forma, faz-se um esforço de sanar o déficit democrático por meio do controle exercido pelo Conselho e Parlamento Europeu, como modelo acessório, ainda que resulte uma “cadeia” de legitimação complexa.
3. As competências delegadas reagem como termo médio na tipologia dos atos jurídicos do direito secundário europeu, entre os atos legislativos e implementativos, que uma vez somados à distinção entre competências com ou sem caráter legislativo podem fundamentar e dar suporte à hierarquização do direito derivado da União.

## Bibliografia

- Alves, Carlos Manuel La hiérarchie du droit dérivé unilatéral à la lumière de la Constitution Européenne: révolution juridique ou sacrifice au normalisme?, in: Cahiers du Droit Européen 40 (2004), fls. 691-726.
- Bast, Jürgen Handlungsformen und Rechtsschutz, in: Europäisches Verfassungsrecht, E. Armin von Bogdandy/ Jürgen Bast, 2. ed., Berlin/Heidelberg 2009, fls. 489-557.
- Becker, Anne C. Die Handlungen im Vertrag von Lissabon – bloß symbolische Beseitigung des Symbolischen oder wesentlichen Veränderungen?, in: Der Vertrag von Lissabon: Reform der EU ohne Verfassung?, E. Ingolf Pernice, 1. ed., Baden-Baden 2008, fls. 145-151.
- Blanchet, Thérèse. Les instruments juridiques de l'Union et la rédaction de bases juridiques: situation actuelle et rationalisation dans la Constitution, in: Revue trimestrielle de droit européen 41 (2005) Nr. 2, fls. 319-343.
- Bundesanzeiger und Linde Kommentar zu den EU-Verträgen nach dem Vertrag von Lissabon, 5. ed., (Art. 290, 291 AEUV), E. Carl Otto Lenz u.a., Wien/Köln 2010.
- Craig, Paul/Búrca, Cráinne EU Law, text, cases and materials, 4. ed., London 2007, fls. 119-123.
- Hable, Angelika Handlungsformen und Kompetenzen in der Europäischen Verfassungsdebatte, in: IEF Working Paper 2003 Nr. 53, disponível em <http://epub.wu-wien.ac.at>.
- Hernández, F. J. Carrera Simplificación de los instrumentos jurídicos en el Proyecto de Tratado Constitucional, in: Revista de Derecho Comunitario Europeo 16 (2003), fls. 1041-1063.
- Hofmann, Herwig C.H. A Critical Analysis of the new Typology of Acts in the Draft Treaty Establishing a Constitution for Europe, in: EioP 7 (2003) Nr. 9, disponível em <http://eiop.or.at/eiop/texte/2003-009.htm>.
- Hofmann, Herwig C.H. Legislation, Delegation and Implementation under the Treaty of Lisbon: Typology Meets Reality, in: European Law Journal (E.L.J) 15 (2009) Nr. 4, fls. 482-505.
- Lenaerts, Koen/ Desomer, Marlies Towards a Hierarchy of Legal Acts in the European Union? Simplification of Legal Instruments and Procedures , in: European Law Journal (E.L.J) 11 (2005) Nr. 6, fls. 744-765.
- Martí, Albert Massot Common Policies, Common Agricultural Policy: The Cap and the Treaty of Lisbon, 2008, disponível em [http://www.europarl.europa.eu/parliament/expert/displayFtu.do? language= en&id=74&ftuId=FTU\\_4.2.9.html](http://www.europarl.europa.eu/parliament/expert/displayFtu.do? language= en&id=74&ftuId=FTU_4.2.9.html), S. 2.
- Oeter, Stefan Föderalismus und Demokratie, E. Armin von Bogdandy/ Jürgen Bast, 2. ed., Berlin/Heidelberg 2009, fls. 73-120.
- Raepenbusch, Sean Van La réforme institutionelle du Traité de Lisbonne: l' émergence juridique de l' Union Européenne, Cahiers de Droit Européen 43 (2007), fls. 573-621.
- Röder, Sonja Der Gesetzesvorbehalt der Charta der Grundrechte der Union im Lichte einer europäischen Wesentlichkeitstheorie, Diss. iur. (Köln 2007), fls. 170-175.
- Scheel, Benedikt Die Neuregelung der Komitologie und das europäische Defizit, in: ZEuS (2006) Heft 4 , fls. 521-543.
- Streinz, Rudolf/ Ohler, Christoph/ Herrmann, Christoph Der Vertrag von Lissabon zur Reform der EU. Einführung mit Synopse, 3. Auf., München 2010, fls. 69-71 (fls. 92-103).